

CARTA DE PREFEITAS E PREFEITOS DA FNP PARA A COP 30

Rio de Janeiro, novembro de 2025

A COP 30, realizada em Belém do Pará, marca um momento histórico para o Brasil e para o mundo. É a conferência em que a floresta e a cidade se encontram em prol da transformação urbana necessária para enfrentar a crise climática. Neste contexto, **a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) se soma ao mutirão global pela ação climática** convocado pela Presidência da COP 30, reafirmando que o enfrentamento às mudanças do clima exige cooperação entre governos, territórios, iniciativa privada e sociedade civil — um esforço coletivo por resultados concretos.

As prefeitas e prefeitos das médias e grandes cidades do Brasil, reunidos na FNP, afirmam que **não há transição climática sem as cidades**. Mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, onde os efeitos da crise climática se manifestam com maior intensidade. É nas cidades que as soluções precisam ganhar escala — com inovação, participação social e equidade.

O **federalismo climático** é o caminho para esta transformação. A ação climática exige uma governança multinível entre governo nacional, estados e municípios, baseada na corresponsabilidade e no diálogo permanente. A FNP defende o **fortalecimento do Conselho da Federação**, em articulação com o **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima**, de modo que ambos assegurem uma **coordenação federativa efetiva da política climática nacional** — alinhando planos, capacidades e meios de implementação para viabilizar uma **transição justa e sustentável em todo o território brasileiro**.

Ainda que represente majoritariamente médias e grandes cidades, a FNP reafirma o compromisso com um federalismo climático inclusivo, que fortaleça também os pequenos municípios, essenciais à resiliência ecológica e às seguranças hídrica e alimentar do país.

Além disso, falar em equidade é dar sentido concreto à justiça climática. É reconhecer que **os impactos da crise climática não são neutros**: atingem de forma desproporcional mulheres, populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades periféricas que já enfrentam desigualdades históricas. Responder à emergência climática, portanto, é também **transformar as condições sociais que produzem vulnerabilidades**. E é nos municípios, nas dinâmicas reais de cada território, que essas desigualdades se tornam visíveis — e onde também surgem as soluções. Ao colocar a **justiça climática** no centro das políticas locais, **prefeitas e prefeitos assumem o compromisso de liderar uma transição justa**, que valoriza saberes tradicionais, a escuta de populações tradicionais e rurais, e amplia a participação das mulheres e constrói **cidades mais resilientes**.

Ao mesmo tempo, a FNP apresenta à comunidade internacional uma agenda estruturada em torno da **governança multinível** — princípio que orienta sua atuação e que inspirou o Brasil a subscrever a **Coalizão por Parcerias Multinível de Alta Ambição para Ação Climática** (CHAMP, da sigla original em inglês). Nosso objetivo é **transformar o reconhecimento do papel dos municípios em participação institucional efetiva** no regime climático global, alinhando a atuação local aos compromissos assumidos pelo país na UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, da sigla original em inglês). Para isso, essa atuação precisa ser fortalecida em **6 eixos**:

1. Instituição de mecanismos para a participação efetiva de governos locais nos processos da UNFCCC na formulação das NDCs 3.0¹ como solicitado pelo LGMA *Constituency*;
2. Instituição de mecanismo de acesso direto a fundos climáticos internacionais por entes subnacionais, com ênfase em financiamento estruturado para adaptação e resiliência urbana, dando previsibilidade ao financiamento climático local e reconhecendo a lacuna global de recursos para adaptação;
3. Aperfeiçoamento das estratégias de *capacity-building*² da UNFCCC, com foco em apoio técnico continuado e descentralizado a governos locais e regionais;
4. Aprofundamento e potencialização dos mecanismos de integração entre UNFCCC e ONU-Habitat, para alinhar a Nova Agenda Urbana ao regime climático global;
5. Democratização das tecnologias climáticas, promovendo o acesso equitativo a inovação, dados e soluções digitais;
6. Oferta de iniciativas de construção de conhecimento e capacitação sobre a agenda climática, com foco na população e nos servidores e gestores dos municípios brasileiros.

A **adaptação climática** deve estar no centro das políticas urbanas brasileiras. As cidades precisam de instrumentos técnicos e financeiros para enfrentar eventos extremos como inundações, secas, ondas de calor e deslizamentos, de forma a proteger vidas e reduzir desigualdades. A FNP defende o **fortalecimento das políticas de prevenção e resiliência** por meio de um **diálogo federativo estruturado**, capaz de apoiar a implementação de **centros de operação e resiliência municipais e o acesso direto a fontes de financiamento nacionais e internacionais**, com carências adequadas. Isso inclui o **compromisso de bancos de desenvolvimento nacionais e subnacionais com o financiamento climático local** e a revisão de mecanismos como a **COSIP**, para permitir que parte de seus recursos financie infraestrutura resiliente, incentivando a criação de linhas de crédito com condições exclusivas e taxas reduzidas para projetos de adaptação, além de um regime tributário diferenciado para soluções climáticas, barateando o acesso.

¹ Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) a serem apresentadas pelos países em 2025. As NDCs 3.0 precisam ser progressivas e mais ambiciosas do que as NDCs atuais e podem ser a última oportunidade de colocar o mundo no caminho certo com uma trajetória global de emissões alinhada com a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris.

² Construção de capacidades; assistência técnica; capacitação.

No campo da **mitigação**, a FNP se posiciona como porta-voz do Objetivo 12 da Agenda de Ação da Presidência da COP 30. Propomos a criação de um **portfólio nacional de soluções urbanas sustentáveis** voltado à infraestrutura carbono neutro, à mobilidade de baixo carbono, à gestão circular de resíduos e ao planejamento do uso e ocupação do solo. Defende-se a modernização dos códigos de obras com a adição de critérios climáticos e a valorização do resíduo como recurso econômico e social. A FNP defende ainda a implementação de mecanismos de **mercado de carbono em nível municipal**, associados à conservação ambiental; a **arborização urbana e à restauração florestal**, bem como a implementação de mecanismos de **compensação para municípios que prestam serviços ambientais**, especialmente relacionados à produção de água. Além disso, é essencial o incentivo a frotas elétricas, biocombustíveis e à modicidade tarifária, tanto quanto uma divisão justa dos custos de geração e distribuição de energia que leve em consideração as desigualdades regionais.

O **desenvolvimento urbano sustentável** é o elo que integra adaptação e mitigação. A FNP reafirma a importância de incorporar os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) e os princípios da **Nova Agenda Urbana** aos planos diretores municipais, promovendo **infraestrutura verde, habitação social resiliente, mobilidade inclusiva e planejamento participativo**. Também defende a criação de mecanismos de **financiamento urbano sustentável**, articulando investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, através de **plataformas para territorialização do financiamento climático**.

Por fim, prefeitas e prefeitos da FNP reafirmam o compromisso de **integrar a ação climática às políticas públicas locais**. A COP 30 é a oportunidade de transformar compromissos em resultados. O Brasil apresenta ao mundo uma agenda que une floresta e cidade, natureza e desenvolvimento, equidade e inovação. A **governança multinível** e o **federalismo climático** são o alicerce dessa transformação: uma política climática feita por todos os níveis de governo, para todas as pessoas.

As cidades brasileiras estendem a mão ao mundo para construir, juntas, uma nova era de implementação de políticas climáticas — **democráticas, territoriais e humanas**.

A COP 30 é a COP das cidades e da implementação.

Rio de Janeiro, novembro de 2025

Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) – Brasil

